

[Download PDF](#)



Agência iNFRA
iNFRAEnergia

Brasília, 05 de fevereiro de 2025

edição 1.726

Bom dia!

Nesta edição do iNFRAEnergia: [Amazonas Energia](#) | [Itaipu](#) | [Curtailment](#) | [Diário Oficial](#) | [Agenda](#) | [Monitor](#) | [Fique de Olho](#) | [Clipping](#)

DIRETORIA DA ANEEL RACHA DE NOVO APÓS CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO PARA RESOLVER VENDA DA AMAZONAS

Marisa Wanzeller e Geraldo Campos Jr., da Agência iNFRA

O diretor-geral da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), Sandoval Feitosa, convocou para sexta-feira (7), às 14h, uma reunião administrativa extraordinária da diretoria para tratar de uma solução para o imbróglio envolvendo a venda da Amazonas Energia para a Âmbar.

Feitosa disse à **Agência iNFRA** que pretende “solicitar autorização para iniciar tratativas com a AGU para a resolução do caso”.

“Quem está propondo a reunião, quem convocou a reunião, fui eu, o diretor-geral. O objetivo é buscar tratativas com a AGU para resolução do caso, seja continuar eventualmente discutindo na Justiça ou buscar um acordo, a melhor decisão possível que atenda o interesse público da segurança, da continuidade do serviço de distribuição no estado do Amazonas, que hoje está mantido apenas por uma decisão de um juiz de primeiro grau”, informou.

“Busca por acordo não cabe à ANEEL”

O diretor da agência Ricardo Tili criticou a possibilidade de acordo proposto pela reguladora para finalizar o processo judicial. Ele disse à **Agência iNFRA** que “não cabe à ANEEL por ofício propor qualquer tipo de acordo”.

No entendimento de Tili, se o diretor-geral está preocupado com a manutenção do serviço de distribuição no Amazonas, “existem ferramentas no sistema, na regulação, que permitem a ele tomar uma decisão de assumir o controle, de intervenção em cima da distribuidora, o que ele não fez até hoje”.

“Autorizar a ANEEL a se manifestar no intuito de procurar o agente ou a AGU para fazer qualquer tipo de acordo é, no mínimo, prematuro. Fragiliza a posição da defesa da ANEEL no processo judicial, que entende que o contrato foi assinado depois da medida provisória ter caducado. Então, a transferência, mesmo sobre liminar, é ilegal”, afirmou.

Tili destaca que o processo ainda não tem uma decisão de mérito de primeira instância, apenas medida cautelar e recursos que ainda aguardam apreciação no TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região).

“O que ele está levando é uma autorização que a diretoria vai dar ao diretor-geral para fazer uma proposta de acordo para o agente. Eu nunca vi isso na história da ANEEL. Para mim é inédito a ANEEL procurar um agente fazendo proposta de acordo”, criticou.

O diretor Fernando Mosna, que declarou suspeição nos processos sobre a transferência da Amazonas Energia, informou para a **Agência iNFRA** que não participará da reunião administrativa.

Repasses

Mais cedo nesta terça-feira (4), Feitosa afirmou que causa preocupação o fato de mais de R\$ 600 milhões estarem sendo repassados à Amazonas Energia em cumprimento a decisões judiciais, uma vez que se trata de uma empresa que “não é eficiente”.

O montante é referente às flexibilizações regulatórias desde o fim da vigência da MP (Medida Provisória) 1.232/2024, de novembro de 2024 à janeiro de 2025, conforme determinado pela juíza federal Jaiza Fraxe. Segundo o diretor-geral, o pagamento será feito em uma única parcela a partir de despacho que seria assinado por ele ainda nesta terça-feira.

Ele destacou que a transferência de controle da Amazonas Energia para a Âmbar Energia ainda não foi concluída e que os trâmites ainda correm no prazo concedido judicialmente.

RELATOR DIZ QUE IMPACTO AO CONSUMIDOR POR DÉFICIT DE ITAIPU É DE US\$ 120 MI E ANEEL DÁ 15 DIAS PARA SOLUÇÃO

Geraldo Campos Jr. e Marisa Wanzeller, da Agência iNFRA

A diretoria colegiada da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou na terça-feira (4), por unanimidade, a prorrogação em 15 dias do prazo que terminaria hoje (5) para a ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional) e o MME (Ministério de Minas e Energia) apresentarem uma solução para manter a tarifa de repasse atual da usina. A estatal tinha solicitado prorrogação por 45 dias.

O diretor Fernando Mosna, relator do caso, apresentou em que apontou para um risco potencial de impacto aproximado de US\$ 120,9 milhões (ou R\$ 709 milhões conforme o último fechamento da cotação do dólar) para os consumidores, o que representa um aumento de 5,99% sobre a tarifa de repasse, que está fixada em US\$ 17,66/KW até 31 de março de 2025.

O relator do processo ainda pontuou que após o prazo de 15 dias, caso não haja solução apresentada, a questão será submetida imediatamente à deliberação da diretoria da ANEEL, "com a inclusão do valor na tarifa de repasse, nos termos da regulamentação vigente".

Mosna avaliou que "não há complexidade técnica a ser superada", como alegou a ENBPar no pedido de prorrogação do prazo, "mas sim uma decisão a ser tomada". No seu entendimento, existem apenas duas possibilidades: 1) impor um aumento tarifário ao consumidor; ou 2) definir e adotar uma alternativa que evite o repasse de custos, seja com uma alteração do Decreto 11.027/2022 ou com um aporte complementar de Itaipu na Conta de Comercialização. Segundo Mosna, ainda não houve qualquer manifestação do MME sobre o tema.

Melhor alternativa

No entendimento do diretor-geral, Sandoval Feitosa, uma alteração do Decreto 11.027/2022 para permitir a utilização do "bônus de Itaipu" para cobrir o déficit da Conta de Comercialização da usina seria a melhor solução para permitir a estabilização da tarifa da hidrelétrica. Contudo, citou a possibilidade de Itaipu fazer um aporte dos seus recursos próprios para manter a estabilização da tarifa.

"A melhor de todas que a gente entende é que haja alguma mudança no arcabouço legal por meio da alteração do decreto (...) havendo a mudança da destinação do bônus de Itaipu. Ou seja, o bônus de Itaipu que tem uma destinação específica e é pago uma vez por ano, uma parte desse recurso iria para fazer a cobertura da conta de comercialização de Itaipu", disse em entrevista à imprensa.

Caso não seja tomada uma medida no prazo de 15 dias dado pela agência, a solução "praticamente compulsória para a ANEEL" será elevar a tarifa para cobrir a necessidade de US\$ 120,9 milhões, segundo Sandoval.

ANEEL NEGA DIREITO À GERADOR EÓLICO DE RECEBER RESSARCIMENTO POR CORTES DE GERAÇÃO PELO ONS

Marisa Wanzeller e Geraldo Campos Jr., da Agência iNFRA

A diretoria da ANEEL (Agência Nacional Energia Elétrica) rejeitou, em votação na terça-feira (4), por 3 votos a 2, o pedido de cautelar da geradora eólica Serena para ter direito a ressarcimento por cortes de geração feitos pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), o chamado curtailment.

O relator, diretor Fernando Mosna, tinha apresentado voto para que os cortes de geração em usinas eólicas da Serena fossem classificados como "indisponibilidade externa", até que haja decisão em primeira instância quanto ao mérito na agência, garantindo o ressarcimento do agente por futuras ordens do ONS para interromper a geração.

O diretor também havia proposto uma revisão da resolução normativa sobre a compensação do curtailment pelas superintendências da agência em até 90 dias. No entanto, foi contra liberar as compensações à Serena por cortes que já tivessem sido feitos. A empresa alegou prejuízos de R\$ 35 milhões com os cortes de quatro complexos eólicos.

O voto do relator foi acompanhado pelo diretor Ricardo Tili. Já a diretora-substituta Ludimila Silva abriu divergência para rejeitar a cautelar solicitada e encaminhar o pleito para análise de mérito pela área técnica. Ela foi acompanhada pela diretora Agnes Costa e pelo diretor-geral, Sandoval Feitosa.

Discussão mais ampla

Os diretores que votaram de forma divergente do relator entenderam que a cautelar anteciparia a discussão que está sendo feita na CP (Consulta Pública) 45, que trata das normas operativas para o curtailment e o ressarcimento dos agentes.

Sandoval Feitosa lembrou ainda que há um processo judicial em curso sobre o tema, no qual o STJ (Superior Tribunal de Justiça) atendeu recurso da ANEEL para derrubar liminar que determinava o ressarcimento dos cortes de geração.

DIÁRIO OFICIAL

Neoenergia Pernambuco - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) publicou aviso de [consulta](#) e [audiência públicas](#) para obter subsídios para aprimorar a proposta referente à Revisão Tarifária Periódica de 2025 da Neoenergia Pernambuco, a vigorar a partir de 29 de abril. Haverá sessão pública no dia 12 de março, em Recife (PE). Contribuições de 5 de fevereiro a 21 de março.

Encargos do Cust - A ANEEL publicou aviso de abertura da Consulta Pública 5/2025 para obter subsídios à metodologia de análise do máximo esforço das transmissoras na cobrança de valores referentes aos encargos rescisórios dos Cust (Contratos de Uso do Sistema de Transmissão). Contribuições de 5 a 19 de fevereiro.

Satisfação do consumidor - A ANEEL [comunicou](#) a abertura da segunda fase da Consulta Pública 8/2024, sobre minuta de resolução normativa voltada para a implementação de ações para aumentar a satisfação do consumidor com a prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. Contribuições de 6 de fevereiro a 25 de março.

Amazonas Energia - [Despacho 263](#) da ANEEL determina, em caráter sub judice, que a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) repasse à Amazonas Energia os valores relativos à novembro e dezembro de 2024 e janeiro e fevereiro de 2025, referente ao desembolso da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis).

Bandeira tarifária verde - Despacho 272 da ANEEL fixa, para o mês de fevereiro, a bandeira tarifária verde para os consumidores interligados ao SIN (Sistema Interligado Nacional).

Taxa de fiscalização - Despacho 229 da ANEEL fixa a taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica para o mês de janeiro.

Operação em teste - Despachos da ANEEL autorizam o início da operação em teste de unidades geradoras da Bahia e Santa Catarina.

i | AGENDA

Lula, de manhã - O presidente da República concede entrevista às rádios Itatiaia, Mundo Melhor e BandNewsFM BH, de Minas Gerais, às 7h30. Em seguida, às 10h, reúne-se com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e os ministros Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda) e Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos) para reunião com os presidentes do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros; do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloizio Mercadante; da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira; do Banco da Amazônia, Luiz Claudio Moreira Lessa; e do BNB (Banco do Nordeste), Paulo Câmara.

Lula, à tarde - Às 14h40, Lula conversa com o secretário especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Marcos Rogério de Souza. Às 15h30, participa de reunião com os ministros Rui Costa e Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais).

Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia participa, às 14h, no MME (Ministério de Minas e Energia), do lançamento da Aliança pelo Desenvolvimento Energético dos Polos e dos Projetos de Irrigação do Brasil.

Fernando Haddad - O ministro da Fazenda participa de reunião, às 10h, com o presidente da República, Lula, e representantes de bancos públicos. Às 12h, reúne-se com o presidente da Câmara, Hugo Motta. Às 16h, reúne-se com a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. Às 18h, concede entrevista à GloboNews, que vai ao ar hoje (5), às 23h30.

TCU - O TCU (Tribunal de Contas da União) realiza sessão plenária, às 14h30. Na [pauta](#), solicitação do Congresso Nacional de informações sobre a participação de empreiteiras denunciadas pela Operação Lava Jato em contratos licitatórios na Refinaria Abreu e Lima. Também constam da pauta embargos de declaração em processo de acompanhamento da nova política de preços de combustíveis da Petrobras. Acompanhe a transmissão [neste link](#).

Superior Tribunal de Justiça - A Corte Especial do STJ (Superior Tribunal de Justiça) pode julgar, às 14h, recurso em processo referente à decisão judicial que declarou ilegal portaria do MME (Ministério de Minas e Energia) que definiu valores revistos de garantia física das usinas hidrelétricas de Capivara, Chavantes, Taquaruçu e Rosana. Acesse a pauta [neste link](#).

Energyyear Brasil - Entre hoje (5) e quinta-feira (6) acontece, a partir das 8h, em São Paulo, o Energyyear Brasil 2025. O evento reúne especialistas em energia para discutir os principais temas relacionados à transição energética. O diretor da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) Ricardo Tili realiza a abertura do evento. Participam também os presidentes da Abradee, Marcos

Madureira, e da Abeeólica, Elbia Gannoum, entre outros. Acesse mais informações [neste link](#).

Webinar ANP - A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) promove, às 16h, webinar para esclarecer dúvidas sobre o novo edital do Programa de Recursos Humanos da agência. Saiba mais informações [neste link](#).



TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Não houve movimentação entre as propostas legislativas de interesse do setor que são acompanhadas pelo iNFRAMonitor.

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Congresso Nacional

[RIC 106/2025](#) - Requer informações a Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia, sobre o aumento nos preços da gasolina e do diesel, a partir do dia 1º de fevereiro.



Encargos dos Cust - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) autorizou a abertura da [Consulta Pública 5/2025](#) para definir a metodologia de análise do esforço das transmissoras na cobrança dos encargos rescisórios dos Cust (Contratos de Uso do Sistema de Transmissão). As contribuições podem ser enviadas de hoje (5) a 19 de fevereiro para cp005_2025@aneel.gov.br. O objetivo é garantir a recuperação eficiente dos valores devidos antes de incluí-los na RAP (Receita Anual Permitida), que remunera as transmissoras.

Tarifas de distribuidoras - A ANEEL decidiu abrir uma segunda fase de contribuições à Consulta Pública 8/2024, a partir desta quinta-feira (6). O objetivo é discutir a satisfação do consumidor no cálculo da tarifa de energia. A agência propõe que, caso o desempenho da distribuidora seja

insatisfatório, a tarifa deve ser reduzida. As sugestões poderão ser enviadas até 25 de março. Mais informações [neste link](#).

Neoenergia Pernambuco - A ANEEL abriu consulta pública para discutir a revisão tarifária periódica da Neoenergia Pernambuco. A proposta de redução das tarifas é impactada pela diminuição dos custos com transmissão, pela inclusão de componentes financeiros atuais e pela retirada dos anteriores. A consulta receberá contribuições até 21 de março, e uma sessão pública está marcada para o dia 12 de março, em Recife. Os valores propostos e os e-mails para envio de sugestões estão [neste link](#).

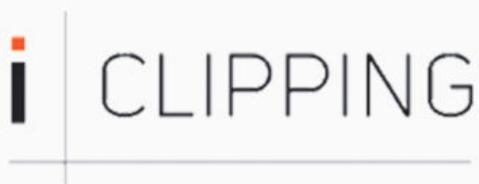
Carga do SIN - Em dezembro de 2024, a carga de energia do SIN (Sistema Interligado Nacional) foi de 79.770 MWmed (megawatts médio), com uma queda de 0,8% em relação a dezembro de 2023. No acumulado dos últimos 12 meses, houve um aumento de 5,7%. Os dados são do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). Confira a íntegra [neste link](#).

Transição energética - A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) publicou as cartilhas "Uso Sustentável da Infraestrutura Energética nas Cidades e Transição Energética", destinadas a governos locais. O material conta com um resumo executivo sobre o impacto da digitalização e novas tecnologias nas cidades, além de uma série de cartilhas orientativas sobre como as prefeituras podem aplicar o uso sustentável da infraestrutura energética. Acesse [aqui](#).

Ratings da Engie - A Engie Brasil Energia informou que a agência Fitch Ratings reafirmou seu Rating Nacional de Longo Prazo em 'AAA(bra)' e os IDRs globais em 'BB+' para moeda estrangeira e 'BBB-' para moeda local, todos com perspectiva estável. Mais informações [neste link](#).

Fórum Brasil de Energia - Durante o Fórum Brasil de Energia, realizado nesta terça-feira (4), no Rio de Janeiro, a Petrobras e entidades do setor reforçaram a integração entre fornecedores e projetos de óleo e gás previstos para 2025-2029. A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, destacou investimentos em refino, logística, fertilizantes, gás e energias renováveis. A empresa também anunciou 12 mil vagas no programa Autonomia e Renda. Mais informações [neste link](#).

Fiscalização - A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) participou da Operação de Desintrusão da Terra Indígena Munduruku (PA), que visa combater o garimpo ilegal. Na ação, foram apreendidos 100 mil litros de combustíveis, especialmente o diesel, fornecidos irregularmente a garimpos. Mais informações [neste link](#).



ANEEL dá 15 dias para governo evitar alta em tarifa de Itaipu

Empresa estatal comunicou à agência reguladora déficit de R\$ 332,6 milhões na conta de comercialização da usina para 2024. (Valor)

O Paraguai é mais competente que o Brasil na gestão compartilhada de Itaipu?

O país vizinho tem sido competente para estabelecer negociações e escalar negociadores. (Folha de S. Paulo - Jerson Kelman)

Consulta do Ibama retira veto a transferência de petróleo entre navios e preocupa ambientalistas

Especialistas veem brecha para que atividade seja autorizada na Foz do Amazonas, o que, afirmam, traz risco de acidente. (Folha de S. Paulo)

Unidade de proteção à fauna em Oiapoque, uma das condições do órgão ambiental para a licença, deve ficar pronta em março, de acordo com a estatal. (Valor,)

Lula diz a Alcolumbre que governo dará licença para petróleo na Foz do Amazonas

Presidente do Senado fez cobrança ao petista em conversa reservada no Planalto. (Folha de S. Paulo)

Lula cobrou Marina por liberação de pesquisa na Margem Equatorial antes de conversa com Alcolumbre

Ministra do Meio Ambiente vem sendo alertada desde o final do ano passado sobre a pressa do governo. (O Globo)

Marina afirma que licenças ambientais seguem lei

A declaração, divulgada em rede social, ocorre um dia depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter indicado ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que o governo deve destravar em breve estudos sobre exploração de petróleo na Margem Equatorial. (Estadão)

Empresa pede na Justiça que a Petrobras seja responsabilizada pelo prejuízo decorrente do cancelamento do Projeto Sondas. (Valor)



A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, [entre em contato](#).

O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia** é destinado a assinantes. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.

Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço **infrajornalismo@agenciainfra.com** em seus contatos.

Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

–

Artes:

–

Equipe Agência iNFRA

Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra

Editores: Luana Dorigon, Paula Melissa e Rodrigo Zuquim

Analista: Marisa Wanzeller

Repórteres: Geraldo Campos Jr., Marília Sena e Sheyla Santos

Colaborador: Felipe Moura

Gerente comercial: Joyce Rodrigues

Administração: Paula de Lima

+55 (61) 3247-5841

www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

